

10.12 O voto eleitoral ético dos cristãos

1. O voto é intransferível e inegociável. Com ele o cristão expressa sua consciência como cidadão. Por isso, o voto precisa refletir a compreensão que o cristão tem de seu País e Município;
2. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade numa outra direção;
3. Os pastores e líderes têm obrigação de orientar os fiéis sobre como votar com ética e com discernimento. No entanto, devem evitar transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário;
4. Os líderes devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar debates multi-partidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, os vários representantes de correntes políticas possam ser ouvidos sem pré-conceitos;
5. A diversidade social, econômica e ideológica que caracteriza a igreja evangélica no Brasil deve levar os pastores a não tentar conduzir processos político-partidários dentro da igreja, sob pena de que, em assim fazendo, eles dividam a comunidade em diversos partidos;
6. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidas com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão política. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político evangélico tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um "despachante" de igreja.
7. Os fins não justificam os meios. Portanto, o eleitor não deve jamais aceitar a desculpa de que um político evangélico votou de determinada maneira, apenas porque obteve a promessa de que, em fazendo assim, ele conseguirá alguns benefícios para a igreja, sejam rádios, concessões de TV, terrenos para templos, linhas de crédito bancário, propriedades ou outros "trocós", ainda que menores. Conquanto todos assumamos que nos bastidores da política haja acordos e composições de interesse, não se pode, entretanto, admitir que tais "acertos" impliquem a prostituição da consciência de um cristão, mesmo que a "recompensa" seja, aparentemente, muito boa para a expansão da causa evangélica. Afinal, Jesus não aceitou ganhar os "reinos deste mundo" por quaisquer meios. Ele preferiu o caminho da cruz;
8. Os eleitores evangélicos devem votar, para Presidente da República sobretudo, baseados em programas de governo, e não apenas em função de "boatos" do tipo: "O candidato tal é ateu"; ou "O fulano vai fechar as igrejas"; ou: "O sicrano não vai dar nada para os evangélicos"; pi ainda: "O beltrano é bom porque dará muito para os evangélicos".

É bom saber que a Constituição do país não dá a quem quer que seja o poder de limitar a liberdade religiosa de qualquer grupo. Além disso, é válido observar que aqueles que espalham tais boatos, quase sempre, têm a intenção de induzir os votos dos eleitores assustados e impressionados, na direção de um candidato com o qual estejam comprometidos;

9. Sempre que um eleitor evangélico estiver diante de um impasse do tipo: "o candidato evangélico é ótimo, mas seu partido não é o que eu gosto", é de bom alvitre que, ainda assim, se dê um "voto de confiança" a esse irmão na fé, desde que ele tenha as qualificações para o cargo. A fé deve ser prioritária às simpatias ideológico-partidárias.

10. Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ele ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político, a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina.

Fonte e autoria: Documento elaborado pela Associação Evangélica Brasileira (AEVB), no Rio de Janeiro, em 17 e 18 de março de 1994.

Mais estudos no site

<http://sites.google.com/site/estudosbiblicossolascriptura/>